



PARECER Nº 01 , DE 2019 - CESC

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA sobre o Projeto de Lei nº 579, de 2019, que institui, no âmbito do Distrito Federal, a Política de Educação Digital nas Escolas – Cidadania Digital, e dá outras providências.

AUTOR: Deputado Delmasso

RELATOR: Deputado Professor Reginaldo Veras

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC	
PL	nº 579 / 2019
Folha nº	10
Matrícula:	22797 Rubrica: <i>H. Veras</i>

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura o Projeto de Lei nº 579, de 2019, que institui, no Distrito Federal, a Política de Educação Digital nas Escolas – Cidadania Digital.

O Projeto de Lei possui 8 artigos. O art. 1º institui a Política Digital nas Escolas em conformidade com a estratégia 7.2 do Plano Distrital de Educação (Lei distrital nº 5.499, de 14 de julho de 2015), com a finalidade de adquirir tecnologia educacional que garanta, dentro e fora das escolas, adequada filtragem da Internet. O parágrafo único define cidadania digital como o *comportamento adequado, responsável e saudável relacionado ao uso da tecnologia, incluindo alfabetização digital, ética, etiqueta e segurança*.

O art. 2º consigna que a Política visa à utilização segura de tecnologia e à cidadania digital. O parágrafo único prevê que a Política será executada de forma articulada com outros programas dedicados ao uso adequado da Internet na educação, apoiados técnica e financeiramente pelo Governo do Distrito Federal.

Os princípios da Política de Educação Digital estão previstos no art. 3º. Entre os quais: i) garantia de que a filtragem adequada da Internet no ambiente escolar seja instalada e configurada para impedir a visualização de conteúdo prejudicial aos estudantes e funcionários da escola; ii) promoção da cidadania digital entre os estudantes, incentivando os pais a ensinar seus filhos a usar a Internet com segurança; iii) uso responsável da Internet relacionado a temas cotidianos do universo on-line, como bate-papo, jogos, exposição nas redes, golpes na Internet e o vazamento de informações; iv) discussão de temas como os crimes de Internet, informações falsas, privacidade e o risco de postar fotos íntimas; v) diminuição do uso excessivo da Internet e alerta para os perigos do ciberespaço e as questões relacionadas à sexualidade, como exposição íntima e aliciamento de crianças e adolescentes; vi) discussão sobre o *bullying* na rede, de forma a prevenir a



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

Assessoria Legislativa – ASSEL

Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Científico e Tecnológico – USE



propagação de brincadeiras de mau gosto, contribuindo para estabelecer princípios de uma cultura de paz na Internet; vii) não exposição dos estudantes a situações vexatórias por meio de comentários inapropriados, em sala de aula ou na Internet, evitando insultos entre alunos, *bullying* e *cyberbullying*, humilhações no ambiente escolar ou nos grupos de mensagens instantâneas dos alunos.

O art. 4º prevê que a Política contará com as seguintes ações, que serão definidas em regulamento: i) promover orientações em tempo real para professores que desejam compartilhar informações, ouvir dicas sobre como trabalhar os conteúdos em sala de aula e tirar dúvidas com psicólogos sobre formas de lidar com casos de *cyberbullying*, exposição dos alunos na Internet, entre outros; ii) ofertar cursos de formação de professores para o uso adequado da Internet em sala de aula, palestras e oficinas com temas que envolvem prevenção a violações contra direitos humanos na Internet; iii) ofertar cursos de formação de articuladores para apoiar a implementação da Política; iv) realização de palestras, encontros e seminários com o objetivo de fomentar a cidadania digital na sociedade.

A Política de Educação Digital nas Escolas – Cidadania Digital será implementada a partir da adesão das escolas públicas e privadas de educação básica, a ser definida em regulamento. É o que prevê o art. 5º.

O Poder Executivo, conforme previsto no art. 6º, poderá firmar convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública distrital e com entidades privadas, a fim de planejar e desenvolver as atividades relacionadas ao disposto na Proposição.

O art. 7º define que o Poder Executivo deverá regulamentar e estabelecer os critérios para implementação e cumprimento da norma, já que a Proposição aborda o mínimo de especificações e funcionalidades da Política.

O art. 8º trata da cláusula de vigência.

Na Justificação, o Autor afirma que a Internet possibilita inúmeras oportunidades relacionadas ao compartilhamento de informações, comunicação, produção de conteúdo, lazer e entretenimento. Frisa que, no passado, as pessoas levavam muito tempo para fazer simples pesquisa, e que nos dias atuais têm as informações ao seu alcance.

Acrescenta que, além das facilidades de acesso às informações, a Internet promoveu mudanças das formas de interação entre as pessoas. Adverte que o uso inadequado das redes sociais pode expor a vida privada, já que um número indeterminado de pessoas pode ter acesso ao que foi postado.

Ressalta que os jovens precisam de orientação para aprender a usar as redes sociais, tarefa exigida da escola. Daí, o PL prever diretrizes para seu uso pedagógico e adequado dentro do ambiente escolar.

O PL nº 579/2019 foi lido em Plenário no dia 13 de agosto de 2019 e distribuído à Comissão de Educação, Saúde e Cultura – CESC (RICLDF, art. 69, I, b) e à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Ciência, tecnologia, Meio

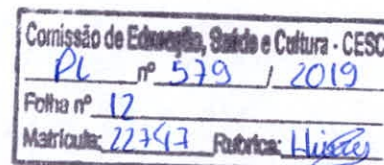
Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC
PL nº 579 / 2019
Folha nº 11
Matrícula: 22347 Rubrica: H. L. L.



Ambiente e Turismo – CDESCTMAT (RICLDF, art. 69-B, i), para análise de mérito e à de Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF (RICLDF, art. 64, II, *a*) e à Comissão de Constituição e Justiça – CCJ (RICLDF, art. 63, I), para exame de admissibilidade.

Não constam emendas apresentadas à matéria, na CESC, no prazo regimental.

É o relatório.



II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 69, I, *b*, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Educação, Saúde e Cultura analisar e, quando necessário, emitir parecer de mérito sobre matérias que tratem de educação pública e privada.

Antes de analisarmos o mérito da proposição, é necessário contextualizarmos doutrinária e legalmente a matéria.

Os computadores e a Internet revolucionaram a forma de nos relacionarmos com o mundo. Formas de trabalho, de relações interpessoais, de comunicação e de acesso às informações foram modificadas. Essas ferramentas abriram possibilidades de atividades e interações antes não realizadas em vários contextos, incluindo o escolar. Essa mudança de paradigma passou a requerer da educação escolar a realização de trabalho para entender as mudanças sociais e os impactos causados pelo uso das novas tecnologias, bem como a realização de trabalho para dotar os alunos de conhecimentos, para se situar e lidar no mundo tecnológico. Então, aos poucos, a escola, passou a se preocupar com uma nova modalidade de alfabetização e de letramento: a digital.

A alfabetização digital se refere às atividades desenvolvidas pela escola com vista à *aquisição de habilidades técnicas, à capacidade de compreender a informação acessada, de utilizar essa informação de maneira estratégica, de acordo com diferentes objetivos e linguagens distintas (...)*, segundo explica Pischetola (2016). O letramento digital é termo mais amplo, relacionado ao uso mais intenso das novas tecnologias, e diz respeito *ao conjunto de habilidades e competências digitais que vai permitir aos nativos digitais aproveitarem a mídia de forma crítica, consciente e personalizando a informação* (PISCHETOLA¹, 2016, p. 49).

A inclusão do trabalho relacionado à educação digital está prevista na Base Nacional Comum Curricular – BNCC², referencial para que as redes de ensino e as

¹ PISCHETOLA, Magda. Inclusão digital: a nova cultura da sala de aula. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio, 2016.

² Documento “de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)”. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 29/11/2019.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

Assessoria Legislativa – ASSEL

Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Científico e Tecnológico – USE



escolas construam seus currículos. Esse documento prevê 10 competências a serem desenvolvidas na educação básica. Entre as quais, podemos citar:

4. *Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e **digital** –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.*

Além de competências a serem trabalhadas nas etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) da educação básica, a BNCC descreve as habilidades a serem desenvolvidas com os estudantes. Por exemplo, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, na área de Linguagens, é preciso desenvolver nos alunos a habilidade de:

*Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade, a escola) e nas mídias impressa, de massa e **digital**, reconhecendo **para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.*** (Grifamos)

Ainda na área de Linguagens, para os 8º e 9º anos, a BNCC prevê trabalhar com os alunos a fim de capacitá-los a:

Analisar** diferentes práticas (curtir, compartilhar, comentar, curar etc.) e textos pertencentes a diferentes gêneros da cultura digital (meme, gif, comentário, charge digital etc.) envolvidos no trato com a informação e opinião, de forma a possibilitar uma **presença mais crítica e ética nas redes. (Grifamos)

No âmbito distrital, há a Resolução nº 1, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho de Educação do Distrito Federal, que estabelece que as escolas de educação básica desenvolvam a educação digital como tema transversal na educação básica (art. 17, V).

Trabalhar a linguagem digital no trabalho escolar é necessidade dos dias atuais, pois promove a inclusão digital e, sobretudo, contribui para dotar os estudantes de criticidade em face do uso das novas tecnologias. O uso crítico e consciente da Internet pode contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, pois, entre outras vantagens, favorece acesso rápido e fácil a informações para realização de pesquisas escolares, democratizando as formas de acesso ao saber.

No entanto, se a sua utilização não estiver bem intencionada, poderá ser canal de propagação de notícias falsas (*fake news*), de agressões e de violência. A violência que utiliza as tecnologias da informação e comunicação é denominada de *cyberbullying*, que é uma variação do *bullying*.

O *Bullying*³, intimidação sistemática que pode ocorrer no trabalho, na escola, no trabalho, em prisões, condomínios residenciais, é conceituada na Lei federal nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, como:

(...) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma

³ Termo de origem inglesa derivado do adjetivo *bully*, que significa valentão, brigão.

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CEEC
PL nº 579 / 2019
Folha nº 13
Matrícula: 22747 Rubrica: H. [assinatura]



ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (art.1º, §1º).

Por ser violência de natureza física ou psicológica, o *bullying* pode apresentar-se de várias maneiras, tais como: insultos pessoais, comentários sistemáticos e apelidos pejorativos, ameaças, isolamento social consciente e premeditado. De acordo com a Lei há pouco mencionada (art. 3º), a intimidação sistemática, conforme as ações praticadas, pode ser classificada em: i) verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente; ii) moral: difamar, caluniar, disseminar rumores; iii) sexual: assediar, induzir e/ou abusar; iv) social: ignorar, isolar e excluir; v) psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar; vi) físico: socar, chutar, bater; vii) material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem; viii) virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

A intimidação virtual recebe o nome de *cyberbullying*, que é a *prática de violência realizada por um indivíduo que humilha, intimida ou assedia outro indivíduo, por meio de tecnologias digitais*⁴. Trata-se de *bullying* indireto e não presencial, pois o agressor não mantém contato direto com a vítima, potencializado com o uso de tecnologias da informação e comunicação. Pode ocorrer, entre outros, por meio de ofensas, inserção de fotos e vídeos relacionados à vida privada da vítima por e-mail, mensagens de celular SMS, aplicativo de mensagens e redes sociais.

Segundo Rocha (2012), o *cyberbullying* é ainda mais prejudicial porque o anonimato possibilitado pela Internet poderá encorajar o agressor a praticar a violência virtual. Quem o pratica, em muitos casos, não se sente culpado por não estar frente a frente com a vítima. No caso do *bullying*, basta a vítima sair do local das agressões para se sentir mais segura. *Agora, com sua intimidade invadida por meio das tecnologias, todos podem ver os xingamentos, e não existe mais tranquilidade em qualquer lugar que se vá* (p. 88).

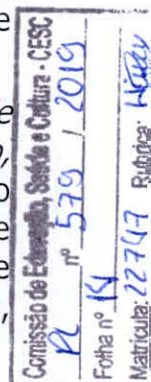
Para evitar esse tipo de situação, sociedade, famílias e escolas precisam orientar suas crianças e jovens, sujeitos que estão em fase de formação, sobre como utilizar a Internet, sobretudo como usar as redes sociais. A LDB determina, inclusive, no seu art. 12, IX, como uma das incumbências dos estabelecimentos de ensino, *promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas*.

Feitas estas considerações sobre a contribuição das novas tecnologias no mundo atual, e também os problemas gerados pelo seu uso inadequado, resta-nos analisar o mérito do Projeto de Lei sob exame.

O PL institui Política de Educação a ser adotada nas escolas do Distrito Federal. As políticas públicas, como ensina Bucci⁵ (2006, p. 14), dizem respeito ao

⁴ ROCHA, Tela Brito. *Cyberbullying: ódio, violência virtual e profissão docente*. Brasília: Liber Livro, 2012, p. 185.

⁵ BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

Assessoria Legislativa – ASSEL

Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Científico e Tecnológico – USE



conjunto de medidas articuladas (coordenadas), cujo escopo é dar impulso, isto é, movimentar a máquina do governo, no sentido de realizar algum objetivo de ordem pública ou, na ótica dos juristas, concretizar um direito. São, portanto, ações da Administração Pública, a fim de organizar seus serviços para concretização dos direitos já positivados. Assim, entendemos que a propositura de políticas públicas cabe à atividade administrativa, e não legiferante, do Estado.

Corroborando esse entendimento, a política pública descrita no PL visa oferecer diretrizes para disciplinar o uso pedagógico das tecnologias dentro do ambiente escolar. Ora, as diretrizes específicas para realização do trabalho das escolas devem ser emanadas pelas instâncias administrativas do sistema de ensino do Distrito Federal, pois as macrodiretrizes já estão previstas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares Nacionais e demais orientações nacionais, tal como a já citada BNCC.

No âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, conforme o art. 23 do seu Regimento Interno⁶, compete à Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Educação, compete:

Art. 23. À Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Educação, compete:

*I – **definir, elaborar, implantar, acompanhar e implementar políticas, diretrizes específicas e orientações relacionadas ao trabalho pedagógico** desenvolvido nas etapas e nas modalidades da Educação Básica, no âmbito da Rede Pública de Ensino;*

III – promover, articular e executar políticas, diretrizes específicas, programas e projetos de caráter pedagógico do Governo Federal nas etapas e nas modalidades da Educação Básica, no âmbito da Rede Pública de Ensino, em consonância com as políticas públicas educacionais, os objetivos estratégicos e a missão da Secretaria;

*IV – propor, executar e acompanhar, em sua dimensão pedagógica, programas e projetos, em **parceria** com órgãos e entidades governamentais, não governamentais e privadas;*

..... (Grifo nosso)

O PL ainda menciona, no *caput* do art. 1º, que a Política proposta está em consonância com a estratégia 7.2 do Plano Distrital de Educação – PDE. Nos termos da Lei distrital nº 5.499, de 14 de julho de 2015, que institui o referido Plano, compete à SEEDF, ao Conselho de Educação do DF, ao Fórum Distrital de Educação e à CLDF divulgar anualmente todos os resultados do monitoramento contínuo e das avaliações periódicas do cumprimento das metas e da implementação das estratégias do PDE. No relatório de monitoramento⁷ (2015-2018) consta que a estratégia 7.2 está em andamento, previsto no Plano Plurianual⁸, Programa 6221,

⁶ Decreto nº 38.361, de 20 de novembro de 2017. Disponível em: http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/08/Regimento_Interno.pdf. Acesso em 27/11/2019.

⁷ Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/01/Relat%C3%B3rio-de-Monitoramento-PDE-2018.pdf>. Acesso em: 2/12/2019.

⁸ O plano plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, programas, ações, objetivos, metas e indicadores com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas (art. 1º, §1º, da Lei distrital nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015).

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC
PL nº 575 / 2019
Folha nº 15
Matrícula: 17797 Rubrica:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

Assessoria Legislativa – ASSEL

Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Científico e Tecnológico – USE



Educa Mais Brasília, Objetivo Específico 005, ação orçamentária 1471, 2557, o que demonstra que a estratégia traçada está sendo cumprida. Aqui, vale registrar que, no âmbito da SEEDF, compete à Subeb *elaborar, executar, acompanhar e avaliar, em sua dimensão pedagógica, a implantação e a implementação do Plano Distrital de Educação – PDE* (art. 23, II, Regimento Interno da SEEDF).

O art. 4º do PL prevê quatro medidas administrativas que, na realidade, já são, de maneira geral, previstas ou realizadas no âmbito da rede pública de ensino. A primeira (art. 4º, I) prevê que a Política proposta promova *orientações em tempo real para professores que desejam compartilhar informações, ouvir dicas sobre como trabalhar os conteúdos em sala de aula e tirar dúvidas com psicólogos sobre formas de lidar com casos de cyberbullying, exposição dos alunos na internet, entre outros*. Ocorre que, no âmbito da SEEDF, há unidades administrativas e profissionais que possuem a atribuição de orientar os docentes quanto à realização do trabalho pedagógico.

O Regimento Interno da SEEDF prevê:

Art. 176. Às Unidades Regionais de Educação Básica – UNIEB, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à correspondente Coordenação Regional de Ensino e vinculada à Subsecretaria de Educação Básica, compete:

I – **orientar**, articular e acompanhar o trabalho pedagógico das unidades escolares – UEs vinculadas, em todas etapas e modalidades de ensino, em consonância com as orientações da Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB e com os planos, as políticas e as diretrizes educacionais distritais e federais;

XIII – **orientar** e acompanhar a realização de pesquisas, estudos e experiências voltadas a **subsidiar a prática pedagógica** das UEs vinculadas;

..... (Grifamos)

No mesmo sentido, o serviço de orientação educacional nas escolas é responsável pelo acompanhamento e apoio aos profissionais da educação, dos alunos, de suas famílias e de articulação da comunidade escolar quanto ao processo de ensino e aprendizagem e das relações humanas que os cercam (Regimento Escolar da SEEDF, art. 126). Assim, o pedagogo-orientador educacional, entre outras atribuições, tem a incumbência de desenvolver práticas pedagógicas com vista ao enfrentamento do *bullying* e de toda forma de violência e discriminação (Regimento Escolar, art. 126, XXIV). Nesse contexto, entendemos que está incluído o *cyberbullying*, que é um tipo de *bullying*, como exposto anteriormente.

O inciso II do PL consigna a segunda medida, que prevê a oferta de *cursos de formação de professores para o uso adequado da internet em sala de aula, palestras e oficinas com temáticas envolvendo prevenção a violações contra direitos humanos na internet*. A terceira ação (art. 4º, III) prevê a *oferta de cursos de formação de articuladores para apoiar a implementação da Política*. Aqui é preciso lembrar que promover e ofertar formação continuada aos profissionais da SEEDF é incumbência regimental que cabe ao Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Gabinete da Secretaria de Estado de Educação Distrito Federal (art.

⁹ Unidades Escolares.

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC
PL nº 579 / 2019
Folha nº 16
Matrícula: 22797 Rubrica: H. H. H.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

Assessoria Legislativa – ASSEL

Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Científico e Tecnológico – USE



9º, III, do Regimento Interno da SEEDF). A definição de cursos aos professores, portanto, é atribuição da EAPE, de acordo com demandas do corpo docente e necessidades da rede pública de ensino. Na página eletrônica da EAPE, há relação dos cursos a serem ofertados no 2º semestre de 2019. Entre os quais destacamos: *Gsuite* – Ferramentas Google para Educação, Administração de Moodle, Uso de Ferramentas Digitais para Otimização do Processo de Aprendizagem, Arte e Animação: o movimento na era digital.

A quarta ação, que se refere à realização de palestras, encontros e seminários com o objetivo de fomentar a Cidadania Digital na sociedade (art. 4º, IV, do PL), é decisão administrativa e pedagógica a ser tomada pela escola quando da construção do seu Projeto Político-Pedagógico, diante da sua realidade e das necessidades da sua comunidade. Assim, em homenagem à autonomia pedagógico-administrativa da escola (pública ou privada) consagrada no art. 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, não cabe ao legislador definir atividades tão específicas a serem realizadas pelas unidades de ensino.

Em face do que expusemos, as ações propostas pelo PL são de natureza administrativa e realizadas pelas unidades administrativas e profissionais da rede pública de ensino. Como, em termos pedagógicos e administrativos, as atribuições das escolas privadas e públicas são similares, entendemos que as particulares também possuem em sua estrutura mecanismos para realizar as ações propostas pela Proposição.

Sendo assim, em que pesem as nobres intenções do Autor, ao tentar legislar sobre a matéria, entendemos não ser possível normatizar por meio de lei assunto referente à organização e ao funcionamento dos serviços prestados pela escola pública, por serem de competência do Poder Executivo, conforme art. 100, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF. Ademais, ao tratar de ações que dependem de decisão do gestor, a Proposição acaba por desconsiderar a autonomia escolar, aspecto anteriormente mencionado.

Conquanto já demonstrada a **inviabilidade** de o PL se transformar em lei, o que já ensejaria a sua rejeição, outro requisito do mérito que não se encontra presente na Proposição é o da necessidade. Como as ações propostas no art. 4º do PL (formação aos professores, orientações e auxílio a professores e alunos) já estão no rol das incumbências das unidades da SEEDF, **não há necessidade** de se criar lei para disciplinar o que já consta como atribuições da EAPE, dos orientadores educacionais e da própria escola, por força das disposições da BNCC e da legislação já mencionada, ou seja, por meio de normas infralegais.

É preciso, ainda, frisar que não desconhecemos as disposições da Lei de Responsabilidade fiscal, que exige a indicação de fonte de custeio para assunção de despesa, como a proposta no art. 1º, *caput*, do PL, qual seja: aquisição da tecnologia para garantir a filtragem adequada da Internet. Contudo, tal aspecto será oportunamente examinado, quanto à admissibilidade, pela CEOF.

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura, manifestamo-nos, no mérito, **contrariamente** ao Projeto de Lei nº 579/2019.

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC
PL nº 579 / 2019
Folha nº 17
Matrícula: 22747 Rubrica: <i>[assinatura]</i>



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Assessoria Legislativa – ASSEL
Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Científico e Tecnológico – USE



Sala das Comissões, em

2019.

DEPUTADO JORGE VIANNA

Presidente

DEPUTADO PROFESSOR REGINALDO VERAS

Relator

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC	
PL nº	579 / 2019
Folha nº	18
Matrícula:	22747 Rubrica: <i>Hierro</i>